

MESTRADO
PSICOLOGIA

Conhecer a parentalidade para prevenir a delinquência: A influência da família na delinquência juvenil

Filipa Alexandra das Neves Mendes

M

2020





**CONHECER A PARENTALIDADE PARA PREVENIR A DELINQUÊNCIA:
A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NA DELINQUÊNCIA JUVENIL**

Filipa Alexandra das Neves Mendes

Setembro de 2020

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado em Psicologia, área de Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor *Jorge Negreiros* (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Doutor Jorge Negreiros, pela dedicação e disponibilidade. Foi um gosto trabalhar e aprender consigo.

À Escola EB2,3 de Valongo pela colaboração indispensável para a realização deste estudo.

À minha mãe, por perante todas as dificuldades nunca ter desistido de mim e dos meus sonhos. E ao meu pai, que mesmo longe fez questão de estar sempre perto.

Ao Jorge, por ter sido o meu Porto seguro durante estes 5 anos. Por ser a minha certeza, em todos os momentos de dúvida.

À Cláudia, por tomar conta de mim há 10 anos, por ser a amiga mais verdadeira. E à Maria, por ter sido sempre o equilíbrio que o meu lado emocional precisa, por ser um exemplo de determinação e me motivar sempre a ser mais.

À Sofia, Carol, Sara, Luana, Cat, Cê e à Mi, por estarem sempre lá e terem feito parte desta jornada (tornaram-na muito mais bonita).

À Mariana, por ser melhor do que o “SPSS para Totós”, por estar sempre disponível para responder a todas (e não foram poucas) as minhas questões.

Aos meus de Famalicão: Cátia, Paulo, Ana, André, Bruno, Rafa, Mariana, Leandro e Ricardo. Por perceberem as minhas ausências e jamais terem deixado que alguma coisa mudasse.

À Equipa Alfa, que acompanhou este percurso durante 3 anos, por terem tornado esta vida de trabalhadora-estudante bem mais fácil. Um agradecimento especial à Sónia, que sempre festejou as minhas vitórias como se fossem dela.

Àqueles que proporcionaram os melhores 5 anos da minha vida: os meus Minions, 2015. Serão, sem dúvida, inesquecíveis.

A toda a minha família, por fazer questão de todos os dias me lembrar que sou capaz, por me apoiarem incondicionalmente e nunca desistirem de mim.

“...que os homens são anjos nascidos sem asas, é o que há de mais bonito, nascer sem asas e fazê-las crescer...”

In Memorial do Convento, José Saramago.

RESUMO

A família é o primeiro contexto de socialização e, como tal, cumpre, desde cedo, um papel fundamental no desenvolvimento das crianças. Na adolescência, fase em que, por diversos motivos, o risco de envolvimento em comportamentos de risco é mais elevado, um funcionamento familiar assente em estratégias e comportamentos parentais desadequados assume-se como um fator de risco da delinquência juvenil.

A presente investigação visa estudar a relação entre a delinquência juvenil e o funcionamento familiar, usando para tal a perceção dos adolescentes relativamente às práticas educativas parentais. Foi aplicado um questionário de autopreenchimento a 127 jovens a frequentar um estabelecimento de ensino público na zona do Porto, constituído por um grupo de questões sociodemográficas, por questões de delinquência autorrevelada, retiradas do Inquérito de Delinquência Autorrevelada e pelo Questionário de Estilos Educativos Parentais revisto. Dos 127 participantes, 61 inserem-se no grupo de jovens delinquentes e 66 no grupo de jovens não delinquentes.

Os resultados revelaram diferenças significativas entre o grupo de jovens delinquentes e o grupo de jovens não delinquentes quanto à sua perceção relativamente às 3 dimensões de práticas educativas parentais em estudo, sendo que jovens delinquentes percecionam níveis mais baixos de conhecimento parental, clima positivo e promoção de autonomia psicológica, comparativamente aos jovens não delinquentes. Para além disso, as 3 dimensões de práticas educativas parentais em estudo, revelaram explicar, no seu conjunto, 64% da delinquência, sendo que se verificou que o conhecimento parental e a promoção de autotomia psicológica são preditores significativos da delinquência.

Estes dados revelam a urgência de se investir no desenvolvimento de programas de prevenção da delinquência juvenil, que incidam não apenas sobre os jovens, mas também na sua família.

Palavras-chave: Delinquência juvenil; Comportamentos antissociais; Família; Parentalidade; Práticas educativas parentais.

ABSTRACT

Family is the first context of socialization and has, since early on, played a fundamental role in the children's development. In adolescence, a period in which, for several reasons, the risk of involvement in risky behaviors is higher, a family functioning, based on inappropriate parenting strategies and behaviors, is assumed to be a risk factor for juvenile delinquency.

This research aims to study the relationship between juvenile delinquency and family functioning, through adolescents' perception of parental educational practices. A self-administered questionnaire was applied to 127 young people attending a public education establishment in Porto, consisting of a group of sociodemographic questions, for self-reported delinquency questions, taken from the Inquérito de Delinquência Autorrevelada and the revised Questionário de Estilos Educativos Parentais. Of the 127 participants, 61 belong to the group of young delinquents and 66 to the group of young non-delinquents.

The results revealed significant differences between the group of young delinquents and the group of young non-delinquents regarding their perception of the 3 dimensions of parental educational practices under study, with young delinquents perceiving lower levels of parental knowledge, positive climate, and promotion of psychological autonomy, compared to non-delinquent youth. Besides, the 3 dimensions of parental educational practices under study, revealed to explain, together, 64% of delinquency, and it was found that parental knowledge and the promotion of psychological autonomy are significant predictors of delinquency.

These data reveal the urgency to invest in the development of programs to prevent juvenile delinquency, which focus not only on young people but also on their families.

Keywords: Juvenile delinquency; Antisocial behaviors; Family; Parenting; Parental practices.

RESUMÉ

La famille est le premier contexte de socialisation et a, depuis très tôt, joué un rôle fondamental dans le développement des enfants. À l'adolescence, période où, pour plusieurs raisons, le risque d'implication dans des comportements à risque est plus élevé, un fonctionnement familial, fondé sur des stratégies et des comportements parentaux inappropriés, est supposé être un facteur de risque de délinquance juvénile.

Cette recherche vise à étudier la relation entre la délinquance juvénile et le fonctionnement familial, à travers la perception des adolescents des pratiques éducatives parentales. Un questionnaire auto-administré a été appliqué à 127 jeunes fréquentant un établissement d'enseignement public à Porto, consistant en un groupe de questions sociodémographiques, pour des questions de délinquance autodéclarée, tirées de l'Inquérito de Delinquência Autorrevelada et de la Questionário de Estilos Educativos Parentais révisée. Sur les 127 participants, 61 appartiennent au groupe des jeunes délinquants et 66 au groupe des jeunes non-délinquants.

Les résultats ont révélé des différences significatives entre le groupe de jeunes délinquants et le groupe de jeunes non-délinquants quant à leur perception des 3 dimensions des pratiques éducatives parentales étudiées, les jeunes délinquants percevant des niveaux inférieurs de connaissances parentales, un climat positif et la promotion de l'autonomie, par rapport aux jeunes non délinquants. Par ailleurs, les 3 dimensions des pratiques éducatives parentales étudiées se sont révélées expliquer, ensemble, 64% de la délinquance, et il a été constaté que la connaissance parentale et la promotion de l'autonomie psychologique sont des prédicteurs significatifs de la délinquance.

Ces données révèlent l'urgence d'investir dans le développement de programmes de prévention de la délinquance juvénile, qui se concentrent non seulement sur les jeunes mais aussi sur leurs familles.

Mots-clés: Délinquance juvénile; Comportements antisociaux; Famille; Parentalité; Pratiques parentales.

ÍNDICE

I.	Introdução teórica.....	1
1.	A delinquência juvenil.....	1
1.1.	Teorias explicativas da delinquência juvenil	2
1.2.	Fatores de risco da delinquência juvenil	4
1.3.	Diferenças de género na delinquência juvenil.....	5
2.	A família e a delinquência juvenil.....	6
2.1.	Condições estruturais familiares	6
2.2.	Funcionamento e dinâmicas familiares	8
2.2.1.	Dimensão do controlo: monitorização e conhecimento	9
2.2.2.	Dimensão do afeto/aceitação: clima positivo	11
2.2.3.	Dimensão do controlo: promoção de autonomia psicológica.....	12
II.	Estudo empírico.....	14
1.	Objetivos de investigação.....	14
2.	Hipóteses	14
3.	Metodologia.....	15
3.1.	Participantes	15
3.2.	Instrumentos	15
3.2.1.	Questionário Sociodemográfico	15
3.2.2.	Inquérito de delinquência autorrevelada.....	15
3.2.3.	Questionário de Estilos Educativos Parentais revisto - QEEP-r (Cruz, Canário & Ducharne, 2018)	16
3.3.	Procedimento.....	17
3.4.	Método de análise de dados	17
III.	Análise de resultados	18
1.	Género	19
2.	Estrutura familiar.....	19
3.	Práticas educativas parentais	20
3.1.	Conhecimento Parental	21
3.2.	Clima positivo	22
3.3.	Promoção de autonomia psicológica.....	22

IV. Discussão.....	24
V. Conclusões	29
VI. Referências Bibliográficas.....	31
VII. ANEXOS.....	38

I. Introdução teórica

1. A delinquência juvenil

Por definição, a adolescência é uma fase de importantes mudanças físicas e psicológicas, mas também de uma luta para adquirir a identidade adulta (Kerr & Stattin, 2000). É sabido que apesar, ou talvez precisamente devido aos avanços tecnológicos da sociedade atual, que alteraram a qualidade das relações sociais e familiares, a probabilidade de os adolescentes hoje em dia participarem em atividades de risco é maior (Tomiță, 2014) e, como tal, torna-se de extrema importância o estudo do fenómeno da delinquência juvenil, não apenas com vista à execução de ações remediativas, mas também e acima de tudo de ações preventivas.

Quando se fala sobre delinquência, é necessário ter consciência da forma como se utiliza este conceito, já que existem diversas perspetivas relativamente ao mesmo, que resultam essencialmente de nele se patentear uma tensão entre os campos sociológico e jurídico (Carvalho, 2010). Enquanto conceito socialmente construído por referência a normas, valores, quadros socioculturais e jurídicos de uma sociedade (Carvalho, 2010), a delinquência juvenil diz respeito aos atos cometidos por crianças e jovens que, à luz das leis penais, configuram a prática de um crime pela quebra ou violação das leis, mas que, pela idade, se encontram numa situação de inimputabilidade criminal, beneficiando de legislação específica em detrimento da aplicação do código penal (Binder, Geis & Bruce, 2001).

Ao estudar o fenómeno da delinquência juvenil, é importante ter em consideração a taxonomia apresentada por Moffit (1993), que faz a distinção entre delinquência limitada à adolescência e comportamento antissocial persistente. A delinquência limitada à adolescência, tal como o próprio nome indica, ocorre apenas durante o período da adolescência, sendo, portanto, temporária e exploratória (Born, 2005). De salientar que este tipo de delinquência acaba por estar associada ao interesse dos jovens em atingir certos fins, como por exemplo bens materiais, inclusão num grupo ou a independência dos pais e a desistência da atividade delinvente tende a acontecer na transição para a idade adulta, etapa associada ao estabelecimento de compromissos e surgimento de novas responsabilidades (Moffit, 1993). Por outro lado, o comportamento antissocial persistente, caracteriza-se por ter um início precoce,

mantendo-se na adolescência e prolongando-se para a vida adulta (Born, 2005). Assim, enquanto que a delinquência limitada à adolescência pode ser considerada um fenómeno normativo, motivado principalmente pela procura de excitação e de prazer típica da adolescência (Galinari & Bazon, 2020), o comportamento antissocial persistente é um problema que se desenvolve.

Embora muitas vezes os termos delinquência juvenil e comportamento antissocial sejam utilizados como equivalentes, deve-se ter em atenção que enquanto o primeiro está sobretudo associado a uma dimensão jurídica, que nos remete para questões relacionadas com a transgressão de leis, o segundo é um termo mais abrangente, referindo-se a uma série de atividades e comportamentos que, de forma geral, se traduzem numa violação das normas ou expectativas estabelecidas pela sociedade (Negreiros, 2008). Posto isto, numa perspetiva mais ampla, podemos considerar comportamentos delinquentes todas as violações à ordem social punidas como crime, mas também outros comportamentos de menor gravidade, que não são considerados os esperados para as crianças e jovens. Apesar das diferenças entre os termos delinquência juvenil e comportamento antissocial, neste estudo os mesmos serão utilizados sem distinção, de forma ser possível englobar uma vasta gama de comportamentos praticados pelos jovens.

1.1. Teorias explicativas da delinquência juvenil

O comportamento antissocial e delinvente tem, nas últimas décadas, suscitado o interesse de vários autores. Neste sentido, ao longo dos anos tem-se verificado o aparecimento de vários modelos e teorias explicativas deste fenómeno.

Hirschi (1969), com a Teoria do Controlo Social, descreve o comportamento delinvente como uma expressão do corte de laços do indivíduo com a sociedade e, como tal, assume que se os indivíduos estiverem fortemente vinculados aos pais e aos pares, a probabilidade de participarem em comportamentos delinquentes é mais reduzida. Por outras palavras, esta teoria defende que a internalização das normas da sociedade é o que impede os sujeitos de cometer comportamentos delinquentes, e que a chave para a internalização destas normas está na vinculação com os outros (Hirschi, 1969). Assim, a existência de laços sociais entre pais e filhos favorecem a aceitação de regras relacionadas com o viver pacificamente em sociedade e, quando estes laços são fracos, as crianças voltam-se para os seus pares, sendo que é sabido que a

companhia destes, principalmente durante a adolescência, é suscetível de conduzir os jovens à delinquência (Fonseca, 2002).

Por sua vez, a Teoria Interacionista defende que as causas da delinquência podem ser vistas como um conjunto de variáveis que interagem de acordo com os diferentes estádios de desenvolvimento e com os vários acontecimentos vividos pelo indivíduo ao longo da vida (Thornberry & Krohn, 2004). Segundo esta teoria, o cometimento de atos delinquentes pelos jovens pode ser explicado por uma combinação de défices individuais, práticas educativas ineficazes e pela posição ocupada na estrutura social (Kopp, 1989; Moffitt, 1993). Desta forma, conclui-se que as características da criança em conjunto com um contexto familiar hostil, aumentam a probabilidade da relação entre os pais e as crianças ser marcada por um estilo de interação coercivo e, conseqüentemente, despoletam na criança comportamentos agressivos (Patterson, 1992).

A Teoria da Associação Diferencial defende que as pessoas assimilam, inevitavelmente, a cultura próxima. Ou seja, esta teoria propõe que o comportamento delincente tem a sua origem na aprendizagem e, como tal, que os indivíduos se tornam delinquentes através do contacto com padrões delinquentes e da falta de exposição a padrões não delinquentes (Avellar, 2007). Isto significa que para além dos impulsos e motivações que podem justificar a delinquência, esta também pode ser justificada pela presença de condições favoráveis, ou não, à violação das normas. Esta teoria remete-nos, portanto, para a importância do processo de aprendizagem na aquisição e manutenção de comportamentos delinquentes, já que é este que possibilita ao jovem adquirir atitudes, motivações e técnicas de execução favoráveis ao cometimento de comportamentos delinquentes (Cusson, 2006).

Importa salientar que o início do comportamento antissocial implica outros fatores determinantes, entre os quais a posição desvantajosa ocupada na estrutura social, caracterizada pela pobreza, desemprego, residência em zonas de concentração de pobreza, entre outros (Thornberry & Krohn, 2004). Neste sentido, a Teoria da Anomia, acrescenta que o conceito de anomia surge como consequência das desigualdades socioeconómicas, fazendo com que os mais desfavorecidos se revoltam contra os que se encontram em situações mais favoráveis, contrariando as normas sociais através, por exemplo, da prática criminal, para atingir os mesmos benefícios das classes favorecidas (Thompson & Bynum, 2016). Assim, o modo como estes fatores se relacionam acaba por ser uma importante fonte de análise, tendo em consideração que

vários fatores, como por exemplo a adversidade estrutural, podem aumentar o stress parental o que, em conjunto com um fraco apoio social, acaba por se tornar uma fator desorganizador da estrutura familiar, tornando os estilos parentais ineficazes (Patterson, 1992).

Posto isto, percebemos que são várias as explicações, os contextos e as variáveis relacionadas com a delinquência juvenil. Fica, assim, evidente a importância de estudar o fenómeno da delinquência juvenil à luz da multiplicidade de fatores que o constituem, encarando-os como uma mais valia para a intervenção e prevenção deste fenómeno, ao invés de os encarar como um obstáculo.

1.2. Fatores de risco da delinquência juvenil

Segundo Manita, Negreiros e Agra (1997), o delinvente difere dos indivíduos “normais”, apenas em relação ao número de características que facilitam nele a passagem ao ato. Os fatores de risco dizem respeito à existência destas características facilitadoras do envolvimento em comportamentos antissociais e são, como tal, um preditor do comportamento delinvente futuro (Murray & Farrington, 2010). Ainda neste sentido, importa reter a perspetiva de Rutter (2000), segundo a qual, a delinquência não surge devido à existência de um fator de risco em particular, mas sim da conjugação de diversos fatores de risco.

Nesta lógica, tem vindo a ser defendido por vários autores a necessidade de uma abordagem sistémica da delinquência juvenil (Wyrick & Howell, 2006, citado em Manso & Almeida, 2009) baseada no conhecimento dos vários fatores de risco e proteção que estão associados aos diferentes contextos em que os jovens estão inseridos (família, escola, grupo de pares, comunidade). Fica, assim, evidente que o conhecimento de quais os fatores de risco e proteção que podem influenciar os jovens a adotar comportamentos delinquentes e, sobretudo, como é que esses fatores influenciam tais comportamentos é fundamental para propor planos de intervenção e de prevenção eficazes.

Tendo em conta que o desenvolvimento humano é o resultado da interação entre diversos fatores, podemos afirmar que há, efetivamente, um leque alargado de fatores de risco que, em interação, podem influenciar os jovens a adotar comportamentos delinquentes. Assim, no que diz respeito à delinquência juvenil, existe uma grande pluralidade de fatores de risco, sendo que os mesmos são elencados por vários autores de diversas formas, não existindo um consenso quanto à nomenclatura utilizada para os categorizar. Optamos aqui por dividir os fatores de risco da delinquência juvenil em fatores de risco dinâmicos e estáticos. Os fatores de risco estáticos

(ou históricos) dizem respeito àqueles que não podem ser modificados, apesar de serem bons preditores do comportamento delincente, como por exemplo a idade, o género, o histórico anterior de comportamentos delituosos, o histórico de abuso, entre outros (Galinari, Vicari & Bazon, 2019). Por sua vez, os fatores de risco dinâmicos dizem respeito a fatores individuais, sociais ou situacionais que podem ser modificados através da intervenção e, como tal, são os que devem ser mais focalizados em programas de prevenção primária e secundária (Galinari, Vicari & Bazon, 2019). Alguns exemplos de fatores de risco dinâmicos são: a impulsividade, associação a pares delinquentes, variáveis familiares negativas, entre outros.

Não obstante a existência de fatores de risco a vários níveis e a importância inquestionável que todos eles têm na aquisição e manutenção de comportamentos delinquentes, esta dissertação centrar-se-á nos fatores de risco ao nível familiar.

1.3. Diferenças de género na delinquência juvenil

O género tem aparecido como uma das dimensões de diferenciação mais consistentes e frequentes nos estudos sobre a delinquência juvenil, sendo que tem sido consensual que os rapazes se envolvem mais frequentemente e mais intensamente do que as raparigas nas mais diversas formas de comportamentos antissociais (Moffitt, Caspi, Rutter & Silva, 2001). Segundo Marcotte, Marcotte & Bouffard (2002), os rapazes cometem entre duas a cinco vezes mais atos delinquentes do que as raparigas e vários estudos têm vindo a confirmar esta constatação. Carvalho (2004) chama ainda a atenção para o facto de existirem mais rapazes do que raparigas a cumprir medidas de internamento em centros educativos, o que, aparentemente, confirma o facto de o sexo masculino se envolver mais em comportamentos delinquentes do que o sexo feminino. Para além disto, ao consultar as estatísticas da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2019) verifica-se que o número de reclusos rapazes com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos perfaz um total de 28 e entre os 18 e os 20 anos existiam 108 rapazes encarcerados, enquanto que existem apenas 3 raparigas entre os 16 e os 18 anos e 13 raparigas entre os 18 e os 20 anos.

Num estudo realizado por Kauser & Pinquart (2016) os resultados mostraram, igualmente, que os rapazes estão mais envolvidos em comportamentos delinquentes do que as raparigas. Neste sentido, os autores chamam ainda a atenção para algumas explicações apontadas para justificar estas diferenças, nomeadamente o facto de o tratamento dos pais ser diferente consoante o género dos filhos.

2. A família e delinquência juvenil

Desde o século XIX, que a família tem sido vista como uma das mais importantes variáveis associadas à delinquência (Carvalho, 2010) e, desde então, tem sido consensual na literatura que a família representa um papel fundamental na delinquência juvenil. Segundo Sprinthall e Collins (1994), *“a família determina as nossas primeiras relações sociais, assim como os contextos onde ocorrem a maior parte das aprendizagens iniciais que efetuamos, acerca das pessoas, situações e capacidades individuais. Estas aquisições exercem uma grande influência na nossa personalidade”*.

A família pode, portanto, ser considerada o agente socializador que melhor transmite as normas. Como tal, parece apresentar um bom potencial para reduzir a probabilidade de risco do adolescente optar pelo caminho delinvente, já que é na família que, desde cedo, a criança aprende a distinguir o comportamento aceitável do inaceitável e a respeitar os direitos e a propriedade do outro; por outro lado, é também na família que a criança aprende a ser agressiva, antissocial e a desenvolver comportamentos violentos (Carrilho, 2000). Assim, conclui-se que a família, enquanto primeiro contexto de socialização, cumpre um papel imprescindível no comportamento e desenvolvimento das crianças, sendo a qualidade do relacionamento familiar muitas vezes referida como a mais importante variável no desenvolvimento da criança (Sroufe, 2000). Deste modo, podemos afirmar que a família está necessariamente implicada na compreensão da delinquência juvenil enquanto lugar onde esta nasceu e enquanto lugar privilegiado de interações relacionadas com os comportamentos delinquentes (Born, 2002).

Tendo em conta que este estudo se centra na exploração de alguns dos fatores de risco da delinquência juvenil, particularmente a nível familiar, torna-se crucial explorar de forma breve algumas das variáveis do contexto familiar que têm vindo a ser descritas na literatura como tendo impacto no desenvolvimento de comportamentos delinquentes nos adolescentes.

2.1. Condições estruturais familiares

Um dos aspetos com uma história mais antiga na investigação da relação entre família e delinquência são as variáveis estruturais, das quais se destacam as questões relacionadas com a dicotomia famílias dissociadas *versus* famílias intactas (Negreiros, 2015). Entenda-se por

famílias dissociadas (ou famílias desfeitas, ou singulares), aquelas em que um dos progenitores está ausente, enquanto que nas famílias intactas os jovens vivem com ambos os pais. De uma forma geral, a investigação mostra que os adolescentes provenientes de famílias intactas apresentam um menor envolvimento em comportamentos antissociais quando comparados com os que vivem em famílias singulares, isto é, que vivem só com um dos pais (Vanasseche, Sodermans, Mathjis & Swicegood, 2014; Boccio & Beaver, 2019). Importa ainda referir que, estudos que analisaram diferenças adicionais à estrutura familiar, chegaram à conclusão que viver com um padrasto ou madrasta também está associado a maiores níveis de delinquência (Demuth & Brown, 2004; Brown, 2006; Vanassche et al., 2014).

Oliveira e Assis (1999) realizaram um estudo em instituições responsáveis pela custódia judicial de jovens delinquentes no Rio de Janeiro e verificaram que poucos destes adolescentes viviam numa família intacta. Num outro estudo realizado por Demut e Brown (2004) para além de se ter verificado que as famílias dissociadas estavam mais associadas à delinquência juvenil, foi também verificado que os níveis de delinquência eram bastante mais elevados nos adolescentes que vivem só com o pai do que para os que viviam com ambos os progenitores. Segundo os autores, estas diferenças encontradas nas estruturas familiares parecem ser uma função das características da criança/jovem e dos pais nos processos familiares – efetivamente, é notável que os níveis de envolvimento, supervisão e monitorização são mais altos em famílias onde estão presentes os dois progenitores do que nas famílias em que apenas um deles está presente. Ou seja, este resultado parece dever-se essencialmente a um envolvimento parental inadequado, à falta de supervisão/monitorização e à ausência de relações próximas entre o progenitor e o filho e não tanto à estrutura da família *per si*.

A estrutura familiar é aceite, de uma forma geral, como constituindo um importante fator de risco da delinquência juvenil. Mas, por outro lado, e tal como refere Negreiros (2015), a verdade é que a questão da relação entre famílias dissociadas e delinquência revela-se bastante mais complexa do que aquilo que as primeiras investigações presumiam. Essa complexidade resulta do facto de estarmos perante uma variável muito ampla que pode variar em função de várias situações e circunstâncias, nomeadamente das dificuldades no funcionamento familiar que precedem, acompanham e são posteriores à situação de dissociação familiar (Mucchielli, 2002, citado em Negreiros, 2015).

2.2. Funcionamento e dinâmicas familiares

Conforme constatado anteriormente, o efeito das variáveis estruturais familiares na delinquência juvenil é indireto e acaba por ser mediado por variáveis de funcionamento familiar. Nesta lógica, a literatura mais recente sobre a relação delinquência-família tem analisado e colocado ênfase na influência do funcionamento familiar, expressa no tipo de interações e relações afetivas que se estabelecem entre os seus membros (Negreiros, 2015), sendo defendido que, a nível familiar, aquilo que tende a contribuir para que crianças participem em comportamentos delinquentes prende-se, sobretudo, com fatores relacionados com as competências educativas dos pais (Patterson & Yorger, 2002). Com base nisto, fica clara a urgência em se estudar a relação delinquência juvenil-família com base no funcionamento e dinâmicas familiares.

Apesar das múltiplas definições existentes, podemos afirmar que a parentalidade diz respeito a um leque de atividades desempenhadas por aqueles que assumem e desempenham as funções parentais, com o objetivo de responder às necessidades das crianças e adolescentes promovendo o seu desenvolvimento e *“utilizando para tal os recursos de que dispõem dentro da família e, fora dela, na comunidade”* (Cruz, 2005, p.13). Quando falamos em parentalidade temos de ter em conta que há sobretudo duas perspetivas realçadas na literatura: por um lado, as que se focam nas suas dimensões e, por outro, as que se focam nas suas tipologias ou estilos.

Quando nos referimos às dimensões parentais, é importante reter que apesar de várias terem sido propostas, as dimensões do afeto e do controlo são as mais utilizadas para avaliar a qualidade do comportamento parental (Maccoby & Martin, 1983). Baumrind (1971) usou a dimensão do controlo parental para distinguir três estilos parentais (autoritário, autorizado e permissivo). Posteriormente, Maccoby e Martin (1983), expandiram o trabalho de Baumrind, acrescentado a responsividade (afeto) como uma outra dimensão para distinguir os estilos educativos parentais, formando uma categorização dos estilos educativos que distingue quatro estilos parentais (autoritário, autorizado, permissivo e negligente).

As tipologias ou estilos parentais fazem referência a constelações ou combinações de dimensões parentais (Hoeve, Dubas, Eichelsheim, Laan & Gerris, 2009), e dizem, portanto, respeito a um *“conjunto de atitudes que são comunicadas à criança/jovem e que, todas juntas, criam um clima emocional, no qual os pais atuam de determinada forma”* (Darling & Steinberg, 1993, p. 488). Com base na categorização anteriormente referida, Simons e Conger (2007)

sugerem que os pais que combinam altos níveis de ambas as dimensões (controle e responsividade), são classificados como autorizados – combinam o afeto e o apoio com a imposição de regras e sanções quando necessário. Por outro lado, os pais classificados como autoritários apresentam altos níveis de controle, mas uma baixa capacidade de resposta às necessidades dos filhos, pelo que valorizam a obediência e são emocionalmente distantes. Os pais permissivos possuem uma alta capacidade de resposta às necessidades dos filhos, mas são pouco exigentes – este tipo de pais adotam uma postura tolerante relativamente aos impulsos das crianças e evitam impor a sua autoridade. Por fim, os pais que apresentam baixa capacidade de controle e de responsividade são classificados como negligentes, mantendo uma relação fria e emocionalmente distante com os filhos, muitas vezes respondendo com hostilidade e rejeição.

Por forma a perceber como é que os estilos educativos parentais influenciam o comportamento das crianças, é necessário ter em conta as práticas parentais que os pais usam para ajudar os filhos a atingir objetivos específicos, bem como o clima emocional em que a socialização ocorre (Darling & Steinberg, 1993). Através da avaliação dos estilos parentais é possível identificar as práticas educativas que são utilizadas, que podem ser definidas como *“comportamentos, com objetivo específico, através dos quais os pais expressam os seus deveres parentais”* (Darling & Steinberg, 1993, p. 488).

Nesta investigação o foco será colocado nas dimensões da parentalidade e em algumas dimensões de práticas educativas parentais específicas, e na sua relação com a delinquência juvenil. Desta forma, pretende-se realizar uma análise deste fenómeno à luz do funcionamento e das dinâmicas familiares, constituindo mais um passo para que esta relação complexa deixe de ser vista tendo apenas por base variáveis relacionadas com a estrutura familiar. De seguida serão descritas as dimensões de práticas educativas parentais em análise, bem como a sua relação/influência nos comportamentos delinquentes dos jovens.

2.2.1. Dimensão do controlo: monitorização e conhecimento

Relativamente à dimensão do controlo, deverá considerar-se que existem vários tipos de controlo e, como tal, há a necessidade de se especificar a que tipo de controlo nos referimos. O controlo comportamental, revela-se na adolescência através da monitorização sendo que,

segundo Cruz, Canário e Ducharne (2011) esta diz respeito ao conhecimento que os pais possuem sobre onde, com quem e o que estão a fazer os seus filhos quando não estão consigo.

A monitorização eficaz diz respeito ao conhecimento dos pais sobre onde estão os seus filhos, que tipo de atividade estão a desenvolver e em que companhia (Pettit, Bates, Dodge & Meece, 1999). Esta prática parental refere-se, portanto, à supervisão realizada pelos pais que se encontram a par da vida dos seus filhos sem, no entanto, exercer controlo e pressão excessivos (Gomide, 2017). Por outro lado, a monitorização ineficaz diz respeito à existência de falhas no processo de supervisão, sendo caracterizada por uma tentativa dos pais controlarem os filhos através da pressão excessiva, exagerando na vigilância, repetindo várias vezes as mesmas instruções e gerando assim um tipo de supervisão stressante (Gomide, 2003). Este controlo excessivo sobre os filhos, segundo Petit, Laird, Dodge, Bates e Criss (2001), afeta o desenvolvimento dos mesmos, impede a formação de autonomia e mantém o jovem dependente dos pais. Desta forma e segundo os mesmos autores, tal prática educativa está associada a altos níveis de ansiedade, depressão e delinquência nos adolescentes.

Vários estudos têm analisado a associação entre os esforços de monitorização por parte dos pais e a delinquência juvenil e, efetivamente, a monitorização parental tem aparecido com destaque em vários modelos teóricos do desenvolvimento do comportamento antissocial (Stattin & Kerr, 2000). Numa revisão da literatura realizada por Stattin e Kerr (2000), os autores perceberam que uma pobre monitorização parental tem vindo a ser associada com o facto de os adolescentes serem antissociais, delinquentes ou criminosos. E que, para além disso, está associada ao uso de substâncias ilegais por adolescentes, bem como a uma maior probabilidade de os jovens se associarem a pares desviantes.

Stattin e Kerr (2000) sugeriram que fosse feita a distinção entre os esforços que os pais fazem para obter informação (monitorização parental) e o conhecimento que efetivamente os pais têm (conhecimento parental). Segundo os mesmos autores, a maioria das medidas de monitorização usadas, questionam o conhecimento dos pais sobre as atividades dos filhos, mas raramente questionam sobre os esforços que os pais fazem para obter a informação (que é a verdadeira definição de monitorização). Desta forma, as medidas utilizadas, acabam por representar um produto final – o conhecimento dos pais – e não os esforços que estes fazem para obter a informação. Convém ainda ter em consideração que o conhecimento parental é

considerado o resultado dos esforços de monitorização parental ativa (Dishion & McMahon, 1998).

Esta distinção levou alguns autores a afirmar que o conhecimento parental, em comparação com os esforços de monitorização, é o preditor mais forte do ajustamento do adolescente e, por consequência, da existência de comportamentos antissociais e delinquentes nos jovens (e.g. Eaton, Krueger, Johnson, McGue & Iacono, 2009, citado em Cruz et al. 2011). Neste sentido, numa meta-análise realizada por Hoeve e colaboradores (2009) em que foi tida em conta esta distinção, os resultados mostram que os esforços de monitorização estavam associados moderada e significativamente com a delinquência, enquanto que o conhecimento parental teve uma relação forte e negativa com o comportamento delinvente. Num outro estudo realizado por Stattin e Kerr (2000), os resultados foram de encontro aos da literatura, ao revelar que o conhecimento parental está associado a menores níveis de incidência de delinquência, consumo de substâncias e outros comportamentos antissociais. Mais recentemente, numa investigação levada a cabo por Bendezú e colaboradores (2016), os autores constataram que o conhecimento parental foi um preditor significativo da delinquência juvenil, revelando uma relação negativa com esta (ou seja, maiores níveis de conhecimento parental estão relacionados a menores níveis de delinquência).

Posto isto, apesar da inegável importância dos esforços de monitorização e a sua evidente influência na prática de comportamentos delinquentes nos jovens, neste estudo iremos focar-nos no conhecimento parental e na sua relação com a delinquência juvenil.

2.2.2. Dimensão do afeto/aceitação: clima positivo

O clima positivo diz respeito a características relacionais positivas que os pais estabelecem com os filhos, como por exemplo o otimismo ou um ambiente calmo e relaxado (Cruz, Canário & Ducharme, 2011). Portanto, corresponde à dimensão do afeto/aceitação (também designada como apoio, responsividade ou aceitação-rejeição) e esta pode ser definida como o nível de afeto positivo presente nas relações pai-filho (Carlo, McGinley, Hayes, Baterhorst & Wilkinson, 2007). Assim, esta dimensão reúne “*comportamentos parentais que contribuem para que a criança se sinta confortável e aceite enquanto pessoa*” (Simões, 2011, p.13).

Vários estudos têm analisado a associação entre este aspeto afetivo da parentalidade e a sua influência no desenvolvimento dos filhos, bem como na delinquência. De uma forma geral, a

investigação tem mostrado que comportamentos parentais responsivos/afetuosos tendem a estar negativamente relacionados com a delinquência. Ou seja, que níveis elevados de afeto e apoio estão associados com baixos níveis de delinquência, ao passo que baixos níveis de apoio estão associados com altos níveis de delinquência, tal como se verificou numa meta-análise realizada por Hoeve e colaboradores (2009). Estes resultados vão de encontro aos obtidos num estudo realizado Simons, Lin e Gordon (1998), em que se verificou que um baixo apoio e envolvimento dos pais está associado com delinquência e uso de drogas na adolescência. Ainda num estudo longitudinal levado a cabo por Chen, Chen, Liu e Wang (2002) os resultados foram semelhantes: os autores perceberam que a falta de afeto e de responsividade por parte dos pais está relacionada com a existência de comportamentos delinquentes nos jovens e sugerem que esta falta de afeto acaba por reforçar os comportamentos desviantes dos filhos, bem como a sua hostilidade nas relações interpessoais. Os resultados de uma investigação realizada mais recentemente por Dias, Martinho, Borges e Rebelo (2012) com adolescentes dos 12 aos 19 anos residentes na região centro de Portugal, sugerem, igualmente, que existe uma associação inversa e significativa entre comportamentos antissociais nos jovens (quer para as práticas antissociais nos últimos 12 meses, quer alguma vez na vida) e uma educação parental positiva caracterizada por altos níveis de afeto.

2.2.3. Dimensão do controlo: promoção de autonomia psicológica

Para além da importância do afeto e de um clima positivo nas relações pais-filhos já discutida anteriormente, é também de extrema importância que os pais sejam responsivos às necessidades da criança/jovem. Na adolescência, esta responsividade inclui a sensibilidade às necessidades de autonomia comportamental e psicológica dos jovens, que tem sido identificada na literatura como uma dimensão de promoção de autonomia (Cruz, Canário & Ducharme, 2011). A promoção de autonomia psicológica refere-se a ações dos pais que promovem e incentivam o pensamento independente e tomada de decisão individual do jovem (Cruz, Canário & Ducharme, 2011), incluindo comportamentos parentais de encorajamento de tomada de decisão autónoma, bem como da expressão da opinião pessoal dos filhos (Cheung, Pomerantz, Wang, & Qu, 2016).

Tal como sugerido por Bean e Northrup (2009), a dimensão de autonomia psicológica é o oposto da dimensão do controlo psicológico. Segundo os mesmos autores, enquanto que o controlo psicológico descreve um tipo de controlo que se intromete no desenvolvimento

psicológico e emocional da criança, manipulando-a, mantendo-a dependente e usando a culpa para a controlar, a autonomia psicológica descreve estratégias parentais que incentivam o desenvolvimento psicológico e emocional dos filhos por meio do respeito e permitindo às crianças que se expressem adequadamente. A literatura tem vindo a demonstrar a relação destas dimensões com a existência de problemas de comportamentos nos jovens sendo que os comportamentos de oposição e desafio parecem ser mais suscetíveis de ocorrer quando as necessidades de autonomia das crianças não são satisfeitas e os pais usam um controlo psicológico exagerado (Soenens, Vansteenkiste, & van Petegem, 2015).

Numa meta-análise realizada por Hoeve, e colaboradores (2009), cujo um dos objetivos foi analisar quais as dimensões da parentalidade que estão associadas à delinquência, os resultados mostraram que as associações mais significativas foram encontradas para o controlo psicológico e superproteção, revelando que estas duas variáveis estão associadas a níveis mais altos de delinquência. Com isto, o estudo concluiu que comportamentos parentais caracterizados por manter o filho dependente, usar a culpa para o controlar ou ignorá-lo como forma de punição mostram-se positivamente relacionados com a existência de comportamentos delinquentes nos filhos. No mesmo sentido, numa meta-análise mais recente realizada por Pinquart (2017) os resultados foram semelhantes, mostrando que níveis elevados de concessão de autonomia estão associados com níveis mais baixos de problemas de externalização e que, em contraste, níveis elevados de controlo psicológico estão relacionados com níveis mais elevados de problemas externalizados, incluindo agressão e delinquência. De referir que a associação mais forte encontrada nesta meta-análise, que analisou a associação entre os comportamentos parentais e a delinquência juvenil, foi precisamente a referente à dimensão do controlo psicológico, indicando que esta dimensão em particular é relevante para prevenir e reduzir a delinquência juvenil.

Para além do referido anteriormente, na mesma meta-análise (Pinquart, 2017), constatou-se que níveis mais altos de concessão de autonomia predizem a diminuição da prática de comportamentos delinquentes, enquanto que níveis elevados de controlo psicológico predizem significativamente o aumento da prática de comportamentos delinquentes.

II. Estudo empírico

1. Objetivos de investigação

A presente investigação assume um cariz empírico e quantitativo e tem como principal objetivo perceber se a existência de comportamentos delinquentes nos jovens está relacionada com a parentalidade e, mais especificamente, com a existência de práticas educativas parentais ineficazes. Ademais, este estudo visa contribuir para o conhecimento do fenómeno da delinquência juvenil em Portugal, nomeadamente no que diz respeito à prevalência de vários tipos de comportamentos delinquentes nos jovens e às características sociodemográficas dos mesmos.

Acreditamos que, através da exploração e caracterização das relações entre a delinquência juvenil e a parentalidade, a presente investigação poderá ser um contributo para a conceção de programas não somente de intervenção, mas também de prevenção da delinquência juvenil que incidam não apenas sobre o jovem transgressor, mas também na sua família.

2. Hipóteses

Hipótese 1: os rapazes cometem mais comportamentos delinquentes do que as raparigas;

Hipótese 2: viver numa família intacta está negativamente relacionado com a existência de comportamentos delinquentes nos jovens;

Hipótese 3: jovens delinquentes percecionam níveis mais baixos de conhecimento parental, do que os jovens não delinquentes;

Hipótese 4: jovens delinquentes percecionam níveis mais baixos de clima positivo, do que os jovens não delinquentes;

Hipótese 5: jovens delinquentes percecionam níveis mais baixos de promoção de autonomia psicológica, do que os jovens não delinquentes;

Hipótese 6: as práticas educativas parentais – conhecimento parental, promoção de autonomia psicológica e clima positivo – são preditores da delinquência.

3. Metodologia

3.1. Participantes

A amostra selecionada para a realização deste estudo foi recolhida em contexto escolar, mais concretamente na escola EB 2,3 de Valongo. A amostra é constituída por um total de 127 jovens, do género feminino (N= 59) e do género masculino (N=68), a frequentar o ensino básico (7º, 8º e 9º ano) e com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos (M=13.23).

Esta amostra foi dividida em 2 grupos distintos: jovens delinquentes *versus* jovens não delinquentes. O critério utilizado para distinguir os dois grupos teve por base a média de comportamentos delinquentes praticados pela amostra em estudo (M = 1.123), tendo este valor sido definido como ponto de corte. Assim, o grupo de jovens delinquentes é constituído por um total de 61 sujeitos, do género feminino (N = 24) e do género masculino (N = 37), com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos (M = 13.36) e o grupo de jovens não delinquentes é constituído por um total de 66 sujeitos, do género feminino (N = 35) e do género masculino (N = 31), com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos (M = 13.11).

3.2. Instrumentos

3.2.1. Questionário Sociodemográfico

O questionário sociodemográfico tem como objetivo recolher informações sociodemográficas dos participantes com relevância para o estudo. Desta forma, inclui questões referentes ao género, idade, escolaridade, composição familiar, escolaridade e profissão dos pais.

3.2.2. Inquérito de delinquência autorrevelada

O inquérito de delinquência autorrevelada é constituído por 14 questões retiradas do Questionário Internacional de Delinquência Autorrevelada, originalmente elaborado para a "Pesquisa Internacional sobre Delinquência Juvenil Autorrevelada" pelo Centro de Investigação e Documentação do Ministério da Justiça Holandês (1991) e posteriormente aferido e adaptado pelo Observatório Permanente de Segurança do Porto, por Agra, Marques-Teixeira, Fonseca e Quintas (1999). A grande extensão do questionário internacional obrigou à seleção das questões, de maneira abranger os aspetos gerais do comportamento desviante.

3.2.3. Questionário de Estilos Educativos Parentais revisto - QEEP-r (Cruz, Canário & Ducharne, 2018)

O Questionário de Estilos Educativos Parentais revisto (QEEP-r) é um questionário que oferece uma medida da percepção dos adolescentes quanto aos estilos educativos parentais, tal como a sua primeira versão - o Questionário de Estilos Educativos Parentais (QEEP), com a diferença que distingue o alvo de avaliação em pai e mãe e foca uma dimensão de promoção de autonomia (Cruz, Canário & Ducharne, 2018).

A primeira versão do QEEP foi proposta por Ducharne, Cruz, Marinho e Grande (2006) a partir das Parenting Scales (Lamborn, Mounts, Sternberg & Dornbusch, 1991), e posteriormente validada por Cruz et al. (2011). Na validação levada a cabo por Cruz et al. (2011) o cálculo dos coeficientes alpha de Cronbach evidenciou valores de consistência interna satisfatórios, nomeadamente de .76 para a dimensão aceitação e de .84 para a dimensão monitorização.

A versão revista do instrumento (QEEP-r) integra duas alterações relativamente à primeira versão, nomeadamente o acréscimo de um conjunto de itens que permitissem uma melhor caracterização das dimensões já avaliadas, bem como a adição de uma dimensão de promoção de autonomia até então não contemplada e a construção de duas versões paralelas, para pais e mães. Na sequência destas alterações, e em conformidade com o conhecimento prévio relativamente à distribuição dos itens em instrumentos anteriormente validados (Cruz et al., 2011; Ducharne et al., 2006) a análise fatorial confirmatória revela uma estrutura tridimensional do QEEP-r e propriedades psicométricas adequadas sendo que esta estrutura inclui um fator de autonomia psicológica, um de clima positivo e um de conhecimento. Os modelos fatoriais tridimensionais resultantes apresentam uma solução de 15 itens, distribuídos pelos 3 fatores anteriormente referidos (Cruz, et al., 2018). Para além disso, os itens de ambas as escalas (mãe e pai) apresentam pesos fatoriais elevados ($\beta \geq .50$) e fiabilidades individuais adequadas ($R^2 \geq .25$).

Todos os itens do questionário são de ordem positiva ou direta, sendo que cada item é avaliado através de uma escada de quatro pontos, que varia entre 1 “Nunca ou quase nunca” e 4 “Sempre ou quase sempre” e entre 1 “Nada e 4 “Muito”.

3.3. Procedimento

Num primeiro momento foi estabelecido contacto com o estabelecimento de ensino, com vista à obtenção da autorização da escola para realizar a recolha de dados. Este primeiro contacto, foi um contacto informal, através de uma docente desse estabelecimento que se disponibilizou para falar com a direção. Posteriormente, foi efetuada uma reunião com o Diretor da escola, que visou fornecer uma explicação relativamente ao estudo e aos objetivos do mesmo, bem como organizar a recolha de dados.

Depois de obtida a autorização da instituição passamos, primeiramente, a recolher os consentimentos informados dos encarregados de educação, uma vez que a amostra é constituída por menores. Com a ajuda da escola e dos diretores de turma, foram enviados os pedidos de autorização aos encarregados de educação (Anexo 1). Por fim, os questionários (Anexo 2), constituídos pelo conjunto de instrumentos anteriormente referidos, foram entregues aos alunos de 6 turmas que tenham obtido previamente a autorização dos encarregados de educação para a participação no estudo, em data e hora previamente acordado com os diretores de turma.

3.4. Método de análise de dados

Dada a natureza quantitativa deste estudo, para a realização da análise dos dados obtidos foi utilizado o software IBM SPSS Statistics (*Statistical Package for Social Sciences*), versão 26 para Windows. Recorreram-se a análises descritivas, a testes *t* de *student* para amostras independentes, à *One Way ANOVA* e regressão linear múltipla (método *enter*).

III. Análise de resultados

Importa desde já referir que a média de comportamentos delinquentes praticada pela amostra é 1,123 (DP = .13). A média foi calculada criando uma variável composta pela soma das respostas dadas pelos participantes às 14 questões do inquérito de delinquência autorrevelada e dividindo o resultado pelo total de itens. Esta média foi considerada como ponte de corte para a divisão dos grupos (jovens delinquentes *versus* jovens não delinquentes), tendo sido considerados delinquentes os jovens que praticaram um número de comportamentos antissociais igual ou superior à média. Assim, foi também necessário computar a variável delinquência, tendo em conta este critério.

Relativamente à prevalência de comportamentos antissociais, a Tabela 1 mostra que o consumo de bebidas alcoólicas surge como sendo o comportamento mais praticado pelos jovens (35,4%), seguindo-se de “andar de transportes públicos sem pagar” (31,5%) e de “tirar coisas de um sítio sem intenção de as devolver” (26%). Importa ainda fazer referência aos comportamentos que nenhum jovem refere ter praticado, sendo eles: consumo de drogas duras, tráfico de substâncias e ferir alguém recorrendo a armas.

Tabela 1. Percentagem cumulativa de comportamentos antissociais praticados pelos participantes

Comportamentos	Percentagem de respostas positivas
Consumir bebidas alcoólicas	35.4
Andar de transportes públicos sem pagar	31.5
Tirar coisas de um sítio sem intenção de as devolver	26
Consumir marijuana, haxixe ou erva ou cheirar colas, vernizes ou gasolina	23.6
Tirar coisas de uma pessoa sem intenção de as devolver	15
Faltar às aulas, pelo menos durante um dia inteiro, sem uma razão séria que o justificasse	11.8
Conduzir um carro, motociclo ou ciclomotor sem teres carta de condução ou seguro	7.9
Agredir alguém, de forma a que sabe ter sido necessários cuidados médicos	7.9
Andar armado	6.3
Danificar ou destruir coisas que não lhe pertencem	5.3
Fugir de casa, por uma ou mais noites, sem permissão dos teus pais ou teus responsáveis	1.6
Ferir alguém com recurso a uma arma	0

Consumir “drogas duras”	0
Vender vendeste marijuana, haxixe, erva ou outra droga dura	0

1. Género

Com o objetivo de verificar o impacto do género na prática de comportamentos delinquentes, foi realizada uma ANOVA (Tabela 2). Verificou-se que o género não explica significativamente a variabilidade encontrada na variável relativa aos comportamentos delinquentes ($F(1,125)=2.395$, $p= .124$), não existindo, portanto, diferenças estatisticamente significativas entre o género masculino e o género feminino, relativamente à prática de comportamentos delinquentes.

Tabela 2. Comparação de médias em função do género

	Género Feminino		Género Masculino		<i>F One way Anova</i>	Sig
	N=59		N=68			
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão		
Delinquência	1.41	.50	1.54	.50	2.395	.124

2. Estrutura familiar

Relativamente à estrutura familiar, constatou-se que a maior parte dos participantes vivem com ambos os progenitores (N = 96), seguidos pelos que vivem apenas com um dos progenitores (N = 24) e, por último, os que vivem com um dos progenitores e um padrasto/madrasta (N = 7).

Com o objetivo de verificar o impacto da estrutura familiar na prática de comportamentos delinquentes foi realizada uma ANOVA (Tabela 3). Foram analisados os 3 grupos anteriormente referidos e verificou-se que a estrutura familiar não explica significativamente a variabilidade encontrada na variável relativa aos comportamentos delinquentes ($F(2,124)=1.634$, $p= .199$), não existindo, portanto, diferenças estatisticamente significativas entre os jovens que vivem com ambos os progenitores, os que vivem com um dos progenitores e uma madrasta/padrasto e os que vivem com apenas um dos progenitores.

Tabela 3. Comparação de médias em função da estrutura familiar

Vive com	A mãe e o pai		Um dos pais e uma madrasta/padrasto		Só com a mãe ou só com o pai		<i>F One way Anova</i>	<i>Sig</i>
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão		
Delinquência	1.44	.50	1.71	.49	1.58	.50	1.634	.199

3. Práticas educativas parentais

Nesta investigação foram analisadas três dimensões de práticas educativas parentais – o conhecimento parental, o clima positivo e a promoção de autonomia psicológica. Para a realização da análise dos dados obtidos e tendo o conta o objetivo do presente estudo, estas variáveis foram computadas calculando a média aritmética das respostas aos itens que constituem cada uma das subescalas do instrumento utilizado (conhecimento parental, clima positivo e promoção de autonomia psicológica), juntando as respostas referentes à mãe e ao pai.

Começamos por realizar uma análise descritiva da percepção dos jovens quanto às dimensões de práticas educativas parentais em estudo (Tabela 4). Esta análise demonstrou que as médias para todas as variáveis são elevadas, na medida em que numa escala de 1 a 4, os valores médios para todas as variáveis rondam o 3.

Tabela 4. Análise descritiva das práticas educativas parentais em estudo, para toda população

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Conhecimento parental	1.42	4	3.25	.54
Clima positivo	1.38	4	3.30	.63
Promoção de autonomia psicológica	1.40	4	3.26	.58

De forma a verificar o valor preditivo das práticas educativas parentais quanto à delinquência, recorreu-se a uma regressão linear múltipla pelo método *Enter*. As variáveis independentes incluídas no modelo foram: o conhecimento parental, o clima positivo e a promoção de autonomia psicológica. Os resultados da ANOVA confirmaram a significância do

modelo de regressão testado, com o conjunto de preditores a explicar 64% da delinquência ($R^2_{aj} = .639$, $F(3, 123) = 75.24$, $p < .001$).

Analisando os resultados de cada variável independente individualmente (Tabela 5) constatamos que o conhecimento parental ($\beta = -.48$) e a promoção de autonomia psicológica ($\beta = -.39$) se revelam preditores significativos da delinquência, mostrando que níveis mais elevados de conhecimento parental e de promoção de autonomia psicológica estão negativamente relacionados com a delinquência. Por sua vez, o clima positivo não se revelou um preditor significativo.

Tabela 5. Regressão Múltipla (método *Enter*) das 3 práticas educativas parentais em estudo como preditores da delinquência.

	β	t	P
Conhecimento parental	-.48	-6.586	.000*
Promoção de autonomia psicológica	-.39	-5.264	.000*
Clima Positivo	-.05	-.597	.552

* $p < .001$

3.1. Conhecimento Parental

Com o objetivo de verificar se existem diferenças estatisticamente significativas entre jovens delinquentes e jovens não delinquentes quanto à sua percepção relativamente aos níveis de conhecimento parental, foi realizado um teste *t de student* para amostras independentes (Tabela 6). Verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ($t(100.325) = 9.59$, $p < .001$), sendo que os jovens delinquentes percebem níveis mais baixos de conhecimento parental, comparativamente aos jovens não delinquentes.

Tabela 6. Comparação de médias da variável conhecimento parental em função da pertença ao grupo delincente ou não delincente

	Delinquentes N=61		Não delinquentes N=66		<i>t student</i>	Sig
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão		
Conhecimento Parental (1-4)	2.87	.52	3.63	.33	9.59	.000*

* $p < .001$

3.2. Clima positivo

Com o objetivo de verificar se existem diferenças estatisticamente significativas entre jovens delinquentes e jovens não delinquentes quanto à sua percepção relativamente aos níveis de clima positivo existentes na família, foi realizado um teste *t de student* para amostras independentes (Tabela 7). Verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ($t(125) = 8.203, p < .001$), sendo que os jovens delinquentes percebem níveis mais baixos de apoio/afeto parental, comparativamente aos jovens não delinquentes.

Tabela 7. Comparação de médias da variável clima positivo em função da pertença ao grupo delincente ou não delincente

	Delinquentes N=61		Não delinquentes N=66		<i>t student</i>	Sig
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão		
Clima positivo(1-4)	2.91	.63	3.65	.36	8.20	.000*

* $p < .001$

3.3. Promoção de autonomia psicológica

Com o objetivo de verificar se existem diferenças estatisticamente significativas entre jovens delinquentes e jovens não delinquentes quanto à sua percepção relativamente aos níveis de promoção de autonomia psicológica, foi realizado um teste *t de student* para amostras independentes (Tabela 8). Verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ($t(125) = 7.40, p < .001$), sendo que os jovens delinquentes percebem níveis mais baixos de promoção/conceção de autonomia, comparativamente aos jovens não delinquentes

Tabela 8. Comparação de médias da variável promoção de autonomia psicológica em função da pertença ao grupo delincente ou não delincente

	Delinquentes N=61		Não delinquentes N=66		<i>t student</i>	Sig
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão		
Promoção de	2.94	.53	3.54	.35	7.395	.000*

autonomía
psicológica
(1-4)

* $p < .001$

IV. Discussão

Esta investigação propôs-se estudar a relação da parentalidade com a delinquência juvenil, focando-se não só na estrutura familiar, mas também (e sobretudo) no funcionamento familiar, nomeadamente na qualidade de algumas práticas educativas parentais. Para tal, foi analisada a frequência de comportamentos delinquentes/antissociais cometidos pelos participantes, e a sua perceção relativamente a três dimensões de práticas educativas parentais. Para além disso, procurou-se também perceber se existem diferenças relativas ao género e ao tipo de estrutura familiar.

Relativamente à prática de comportamentos antissociais verificou-se que os mais cometidos pelos participantes são o “consumo de bebidas alcoólicas”, “andar de transportes públicos sem pagar” e “tirar coisas de um sítio sem intenção de as devolver”. Observou-se também que comportamentos que podem ser considerados de maior gravidade (e.g. comportamentos de cariz violento, crimes contra a propriedade, consumo de “drogas duras”) aparecem com uma baixa prevalência na amostra em estudo. Para além disso a média da variável delinquência pode ser considerada baixa ($M= 1.123$), pelo que os resultados devem ser analisados de forma contextualizada. Torna-se, portanto, relevante fazer aqui referência à taxonomia proposta por Moffit (1993), que faz a distinção entre comportamento antissocial persistente e delinquência limitada à adolescência, apresentando esta última como uma resposta adaptativa e normativa às circunstâncias contextuais, que não existia durante a infância e que não se prolonga na idade adulta, não sendo considerada uma patologia ou problema de comportamento. Assim, os resultados encontrados através da análise descritiva da prática de comportamentos antissociais na amostra em estudo, parecem indicar que há uma grande probabilidade de estarmos perante uma “delinquência normativa”, na medida em que os comportamentos antissociais com maior prevalência na amostra são sugestivos de serem comportamentos habituais desta fase de desenvolvimento.

A nossa primeira hipótese, que postula que os rapazes cometem mais comportamentos antissociais do que as raparigas, não foi confirmada. Este resultado não corrobora com a literatura existente sobre o tema, na medida em que tem vindo a ser defendido que adolescentes do género masculino praticam mais e mais diversas formas de comportamentos antissociais do

que adolescentes do género feminino, tanto em frequência como em gravidade (Moffitt, Caspi, Rutter & Silva, 2001; Marcotte, Marcotte & Bouffard, 2002). Parece-nos que uma possível justificação para esta divergência, pode dever-se precisamente ao facto de estarmos perante uma “delinquência normativa”, tal como foi anteriormente referido, que afeta indiferenciadamente adolescentes do género masculino e feminino. Para além disso, o facto de não ter sido avaliada a gravidade dos comportamentos antissociais praticados também poderá ter contribuído para este resultado. No entanto, o facto destes resultados não irem de encontro ao que tem vindo a ser defendido na literatura pode, também, estar relacionado com algo que tem sido cada vez mais debatido nos últimos anos: o facto de a investigação realizada nesta área ser manifestamente insuficiente, dado que tem mantido uma perspetiva de género que determina a figura masculina como norma, invisibilizando a presença de figuras femininas (Duarte & Carvalho, 2013).

A segunda hipótese, que postulava que jovens que vivem em famílias intactas cometem menos comportamentos delinquentes do que jovens que vivem em famílias não-intactas, também não foi confirmada. No que concerne à influência da estrutura familiar na prática de comportamentos delinquentes, tem existido consenso na literatura relativamente ao facto que jovens que vivem numa família dissociada (só com um dos pais), ou numa família reestruturada (com uma madrasta ou padrasto) se envolvem mais na prática de comportamentos antissociais e delinquentes do que jovens que vivem numa família intacta (Brown, 2006; Vanassche et al., 2014; Boccio & Beaver, 2019). Como tal, os resultados desta investigação não vão de encontro à literatura e, uma possível causa para esta discrepância pode dever-se ao facto de estarmos perante uma amostra reduzida, e em que a maior parte dos sujeitos (N=96) vivem numa família intacta, o que acaba por influenciar os resultados. Não obstante, não podemos descartar a perspetiva defendida por vários autores de que a relação entre a estrutura familiar e a delinquência é, também, fruto das implicações negativas que a destruturação familiar tem ao nível do funcionamento familiar (Demuth & Brown, 2004). Assim, se os progenitores forem capazes de adotar estratégias e práticas educativas adequadas, isso irá surtir um efeito compensador sobre a destruturação familiar, o que, eventualmente, poderá ser uma justificação para os resultados encontrados na presente investigação.

As investigações mais recentes sobre a relação delinquência-família têm dado destaque à influência exercida pelas dinâmicas familiares na delinquência juvenil, sendo consensual que

fatores relacionados com as competências educativas dos pais tendem a contribuir para que os jovens pratiquem comportamentos delinquentes (Patterson & Yorger, 2002; Hoeve et. al, 2009; Pinquart, 2017). Foi com base nesta premissa que decidimos, nesta investigação, explorar a relação das práticas educativas parentais com a delinquência juvenil. Para tal, testamos três hipóteses referentes às dimensões das práticas educativas parentais, que previam que jovens delinquentes percecionam níveis menores de conhecimento parental, de clima positivo e de promoção de autonomia psicológica do que jovens não delinquentes (H3, H4 e H5, respetivamente). Verificamos que estas hipóteses foram confirmadas, havendo diferenças significativas entre jovens delinquentes e não delinquentes quanto à sua perceção relativamente às três dimensões de práticas educativas parentais avaliadas. Estes resultados sugerem que estas práticas educativas estão negativamente relacionadas com a existência de comportamentos delinquentes nos jovens e vão de encontro aos existentes na literatura, tal como iremos comprovar de seguida.

No que concerne à variável do conhecimento parental (H3), incluído na dimensão do controlo parental, os resultados encontrados nesta investigação aparecem de acordo com os encontrados numa meta-análise por Hoeve e colaboradores (2009), em que o conhecimento parental surge como tendo uma relação significativa e negativa com o comportamento delinvente. Os nossos resultados estão igualmente em consonância com os encontrados, mais recentemente, por Bendezú e colaboradores (2016), que verificaram que níveis mais elevados de conhecimento parental estão relacionados com a diminuição dos níveis de delinquência. Estes resultados podem ser explicados pelo facto de o conhecimento parental ser um resultado dos esforços de uma monitorização parental ativa e de uma supervisão parental eficaz, o que acaba por ter um efeito protetor sobre os filhos, funcionando como um fator de proteção para a delinquência juvenil.

Por seu turno, os resultados encontrados no que concerne à variável do clima positivo (H4), incluído na dimensão do afeto/aceitação/responsividade, também corroboram com os resultados da investigação realizada por Hoeve e colaboradores (2009) e uma outra realizada mais recentemente por Pinquart (2017), em que se verificou que níveis mais elevados de afeto parental estavam associados a níveis mais baixos de problemas de externalização. Parece-nos que uma possível explicação para os resultados encontrados poderá estar relacionada com o facto de a dimensão do afeto estar intimamente relacionada com a vinculação, sendo que uma

relação pais-filhos ser marcada por altos níveis de afeto poderá indicar um padrão de vinculação seguro. A presença de um padrão de vinculação seguro poderá ser visto como um fator de proteção do cometimento de comportamentos antissociais, na medida em que, tal como afirma Fonseca (2002), quando os filhos desenvolvem laços vinculativos positivos com os progenitores têm tendência a aceitar com mais facilidade as regras e, quando as ligações afetivas são fracas, os jovens têm mais propensão a associar-se ao grupo de pares, havendo assim maiores probabilidades de adotar comportamentos desviantes.

Os resultados encontrados relativamente à variável da promoção de autonomia psicológica (H5) estão, de igual modo, de acordo com a literatura. Em duas meta-análises já referidas anteriormente, uma realizada por Hoeve e colaboradores (2009) e outra por Pinquart (2017), os autores verificaram que níveis mais elevados de concessão de autonomia estão associados a níveis mais baixos de problemas de externalização, nomeadamente agressão e delinquência, ao passo que níveis elevados de controlo psicológico estão associados a um aumento da prática de comportamentos antissociais e delinquentes. A dimensão da promoção de autonomia ter este efeito protetor sobre a delinquência juvenil, pode estar relacionada com o facto de os comportamentos parentais assentes em conceder autonomia ao jovem, o encorajem a pensar sobre as consequências dos seus comportamentos, contribuindo assim para o desenvolvimento de autocontrolo, que funcionará como inibidor da prática de comportamentos delinquentes.

Depois de termos verificado que existem diferenças significativas entre o grupo de jovens delinquentes e o grupo de jovens não delinquentes quanto à sua perceção relativamente aos níveis de conhecimento parental, clima positivo e promoção de autonomia psicológica, consideramos pertinente analisar se estas dimensões de práticas educativas parentais se revelam preditores da delinquência juvenil, surgindo assim a hipótese 6. Esta hipótese foi parcialmente confirmada, uma vez que o conhecimento parental e a promoção de autonomia psicológica se revelaram preditores significativos da delinquência, mas o mesmo não aconteceu para o clima positivo. Este resultado não corrobora totalmente com os resultados da literatura, na medida em que, o fator “clima positivo”, ou seja, a qualidade da relação entre pais e filhos, aparece, em vários estudos, como preditor da existência de comportamentos antissociais e delinquentes nos jovens (Onifade, Lee, Mennicke, Holmes & Harris, 2015; Pinquart, 2017), ao contrário dos resultados obtidos nesta investigação. Acreditamos que, uma possível razão para esta discrepância encontrada poderá estar relacionada com o facto de, nesta investigação, terem sido

avaliadas duas dimensões de práticas educativas relacionadas com o controlo (conhecimento parental e promoção de autonomia) e apenas uma relacionada com o afeto (clima positivo). Por outro lado, relativamente aos resultados obtidos no que concerne às variáveis independentes “conhecimento parental” e “promoção de autonomia psicológica”, estes vão de encontro aos referidos na literatura, já que tem vindo a ser defendido que níveis mais elevados de conhecimento parental e concessão de autonomia predizem uma diminuição da prática de comportamentos delinquentes (Stattin & Kerr, 2000; Soenens et al., 2015; Pinquart, 2017). Compreendemos, no entanto, que apesar de, neste estudo, as variáveis relacionadas com o controlo parental, se mostrarem preditores mais significativos do que as relacionadas com o afeto, não podemos descartar a tese que tem vindo a ser defendida, segundo a qual, um estilo educativo autorizado assente em comportamentos parentais capazes de conjugar o afeto com a exigência/controlo, será o mais benéfico para o desenvolvimento do jovens, bem como para prevenir a delinquência juvenil (Macoby & Martin, 1983).

Tendo em conta os resultados desta investigação e a literatura existente sobre a relação da família e da delinquência, fica evidente a importância de se investir em programas de prevenção da delinquência juvenil, que não se centrem apenas no jovem, mas também na sua família. Desta forma, torna-se crucial pensar em incluir programas de educação parental em programas de prevenção da delinquência juvenil.

V. Conclusões

A presente investigação tinha como principal objetivo examinar a influência das práticas educativas parentais na delinquência juvenil. De uma forma geral, os resultados mostraram que existem diferenças significativas entre o grupo de jovens delinquentes e o grupo de jovens não delinquentes quanto às três dimensões de práticas educativas parentais em estudo: conhecimento parental, clima positivo e promoção de autonomia psicológica, apontando assim para uma relação entre a delinquência juvenil e a parentalidade. Para além disso, o conhecimento parental e a promoção de autonomia psicológica mostraram-se preditores significativos da delinquência juvenil. Por outro lado, não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos, quanto ao género e ao tipo de família em que vivem.

Este estudo apresenta algumas limitações. A primeira diz respeito à dimensão da amostra (N=127), uma vez que se trata de uma amostra reduzida, que não é representativa da população escolar portuguesa. O objetivo inicial seria uma amostra de pelo menos 300 participantes, provenientes de mais do que um estabelecimento de ensino, no entanto, devido à pandemia da COVID-19 que levou a que fossem encerradas as escolas, não foi possível terminar a recolha de dados. Outra limitação prende-se com a forma como se dividiu os grupos (jovens delinquentes *versus* jovens não delinquentes), uma vez que esta não obedeceu a nenhum critério anteriormente definido, nem teve em conta a gravidade dos comportamentos delinquentes praticados, o que poderá ter influência na análise dos dados, obrigando a que os resultados sejam interpretados com a devida cautela. Por fim, reconhecemos que o facto de não terem sido avaliados outros fatores de risco para além dos familiares, deve também ser apontado como uma limitação, na medida em que a sua inclusão permitiria uma análise mais rica e completa do fenómeno da delinquência juvenil.

No que concerne às potencialidades desta investigação, destaca-se o facto de contribuir para um conhecimento mais aprofundado sobre a delinquência juvenil e a sua relação com as dinâmicas familiares, podendo constituir-se mais um passo para que a relação delinquência-família deixe de ser vista tendo apenas por base a estrutura familiar. Para além disso, os resultados encontrados poderão ser considerados bons pontos de partida para que sejam concebidos programas de prevenção da delinquência juvenil, que coloquem ênfase não apenas

nos jovens, mas também na sua família, nomeadamente através da inclusão de programas de educação e capacitação parental em programas de prevenção da delinquência.

Sugere-se que, no futuro, sejam incluídos fatores de risco a nível individual, de forma a conseguirmos uma análise mais completa. Para além disso, seria também interessante realizar este estudo tendo por base não só as perceções dos jovens como também dos seus pais, bem como utilizar de forma conjunta métodos quantitativos e qualitativos.

VI. Referências Bibliográficas

- Agra, C., Teixeira, J. M., Fonseca, E. & Quintas, J. (1999). *Crime e Delinquência Autorevelada*. Porto: Observatório Permanente de Segurança.
- Avellar, A. (2007). Rompimento Familiar e Delinquência Juvenil: quais as possíveis conexões? *CSONline Revista Eletrónica de Ciências Sociais*, (1), 181-200.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology*, 4 (1, Pt.2), 1–103. doi: <https://doi.org/10.1037/h0030372>
- Bean, R. & Northrup, J. (2009). Parental psychological control, psychological autonomy, and acceptance as predictors of self-esteem in Latino adolescents. *Journal of Family Issues*, 30(11), 1486-1504. doi: <https://doi/10.1177/0192513X09339149>
- Binder, A., Gilbert, G. & Bruce, D. (2001). *Juvenile Delinquency. Historical, Cultural and Legal Perspectives*. Ohio: Anderson Publishing Co.
- Bendezú, J, Pinderhughes, E., Hurley, M, McMahon, J & Racz, J. (2016). Longitudinal Relations Among Parental Monitoring Strategies, Knowledge, and Adolescent Delinquency in a Racially Diverse At-Risk Sample. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 47, 21-34.
- Boccio, M., & Beaver, M. (2019). The Influence of Family Structure on Delinquent Behavior. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 17(1), 88–10.
- Born, M. (2002). Continuité de la délinquance entre l'adolescence et l'âge adulte. *Criminologie*, 35(1), 53-67.
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Brown, L. (2006). Family structure transitions and adolescent well-being. *Demography*, 43, 447–461.

- Carlo, G., McGinley, M., Hayes, R., Batenhorst, C., & Wilkinson, J. (2007). Parenting styles or practices? Parenting, sympathy, and prosocial behaviors among adolescents. *The Journal of genetic psychology*, 168(2), 147-176.
- Carrilho, L. (2000). *Influências Familiares no Desenvolvimento de Trajetórias desviantes em adolescentes institucionalizados*. (Tese de Doutoramento). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Carvalho, M. (2004). Jovens e delinquências: (sobre)vivências na família. *Psicologia*, 18(2), 129-158.
- Carvalho, M. (2010). *Do outro lado da Cidade: crianças, socialização e delinquência em bairros de realojamento*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Lisboa, Lisboa. Retirada de <https://run.unl.pt/handle/10362/6132>.
- Chen, X., Chen, H., Wang, L. & Liu, M. (2002). Noncompliance and child-rearing attitudes as predictors of aggressive behaviour: A longitudinal study in Chinese children. *International Journal of Behavioral Development*, 26(3), 225-233.
- Cheung, C., Pomerantz, E., Wang, M., & Qu, Y. (2016). Controlling and autonomy-supportive parenting in the United States and china: Beyond children's reports. *Child Development*, 87(6), 1992-2007. doi: <https://doi.org/10.1111/cdev.12567>
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Editora Quarteto.
- Cruz, O., Raposo, J., Ducharme, M., Almeida, L., Teixeira, C., & Fernandes, H. (2011). Questionário de Estilos Educativos Parentais (QEEP): Contributos para a validação factorial da versão portuguesas das Parenting Scales. *Revista Iberoamericana de Diagnostico y Evaluacion*, 1(31), 157-176.
- Cruz, O., Canário, C., & Ducharme, M. (2018). Questionário de Estilos Educativos Parentais revisto (QEEP-r): Estudo psicométrico e análise da invariância da medida para mães e pais. *Análise Psicológica*, 36(3), 383-397.

- Cusson, M. (2006). *Criminologia – Só pelo conhecimento se pode evitar a criminalidade* (3.ªEd). Alfragide: Casa das Letras.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting Style as Context: An Integrative Model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496.
- Demuth, S., & Brown, S. (2004). Family structure, family processes, and adolescent delinquency: The significance of parental absence versus parental gender. *Journal of research in crime and delinquency*, 41(1), 58-81.
- Dishion, T., & McMahon, R. (1998). Parental Monitoring and the Prevention of Child and Adolescent Problem Behavior: A Conceptual and Empirical Formulation. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 1(1). 61–75.
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2019). Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo o escalão etário, sexo e nacionalidade. Retirado de: https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Est%C3%A1tisticas/%C3%81rea%20Prisional/Anuais/2019/quadro_05.pdf?ver=2020-04-29-150126-763
- Dias, M., Martinho, L., Franco-Borges, G., & Vaz-Rebelo, P. (2012). Estilos educativos parentais e comportamento antissocial na adolescência. *International Journal of Developmental and Educational Psychology* 1(1), 469-478.
- Duarte, V. & Carvalho, M. (2013). (Entre) olhares sobre delinquência no feminino. *Ex aequo*, 21, 31-44.
- Fonseca, A. (2002). *Comportamento Anti-Social e Família: Uma Abordagem Científica*. Coimbra: Almedina.
- Galinari, L., Vicari, I., & Bazon, M. (2019). Fatores associados ao cometimento de atos infracionais na adolescência. *Psico*, 50(4).
- Galinari, L., & Bazon, M. (2020). Tipologías en delincuencia juvenil: una revisión de literatura. *Revista De Psicología*, 38(2), 577-612.

- Gomide, P. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem*, 1, 21-60.
- Gomide, P. (2017). *Pais presentes, pais ausentes: regras e limites (3.ªEd)*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Hirschi, T. (1969). *Causes of Delinquency*. Berkeley: University of California Press.
- Hoeve, M., Dubas, J.S., Eichelsheim, V., Laan, P. & Gerris, J. (2009). The relationship between parenting and delinquency: A meta-analysis. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 37(6), 749-775. doi: <https://doi.org/10.1007/s10802-009-9310-8>.
- Kauser, R., & Pinquart, M. (2016). Gender differences in the associations between perceived parenting styles and juvenile delinquency in Pakistan. *Pakistan Journal of Psychological Research*, 31(2), 549-568.
- Kerr, M. & Stattin, H. (2000). What parents know, how they know it, and several forms of adolescent adjustment: Further support for a reinterpretation of monitoring. *Developmental Psychology*, 36(3), 366-380. doi: <https://10.1037//0012-1649.36.3.366>
- Kopp, B. (1989). Regulation of distress and negative emotions: A developmental view. *Developmental Psychology*, 25(3), 343-354.
- Maccoby, E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family: Parent–child interaction. In P. H. Mussen (Ed.). “*Handbook of child psychology: Socialization, personality and social development*” (pp. 1–101). New York: Wiley.
- Manita, C, Negreiros, J. & Agra, C. (1997). *Planos existenciais, Droga e crime*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Manso, A. & Almeida, A. (2009). Um Discurso a Duas Vozes: Potencialidades de um Estudo Interpretativo sobre Lei e Institucionalização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 455-465. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000300017>

- Marcotte, G., Marcotte, D., & Bouffard, T. (2002). The influence of familial support and dysfunctional attitudes on depression and delinquency in an adolescent population. *European Journal of Psychology of Education, 17*(4), 363-376.
- Moffitt, T. (1993). Adolescent-limited and life-persistent antisocial behaviour: A developmental taxonomy. *Psychological Review, 100*(4), 674-701. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/0033295X.100.4.674>
- Moffitt, T., Caspi, A., Rutter, M., & Silva, P. (2001). *Sex Differences in Antisocial Behavior: Conduct Disorder, Delinquency, and Violence in the Dunedin Longitudinal Study*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Murray, J. & Farrington, D. (2010). Risk Factors for Conduct Disorder and Delinquency: Key Findings From Longitudinal Studies. *The Canadian Journal of Psychiatry, 55*(10), 633-642. doi: <https://doi.org/10.1177/070674371005501003>
- Negreiros, J. (2008). *Delinências Juvenis: Trajectórias, intervenção e prevenção*. Porto: Livpsic.
- Negreiros, J. (2015). *Intervenção na Delinquência Juvenil: Perspetivas Psico-forenses*. Curitiba: Editora CRV.
- Oliveira, B., & Assis, G. (1999). Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os "ressocializam". A perpetuação do descaso. *Cadernos de Saúde Pública, 15*(4), 831-844.
- Onifade, E., Lee, J., Mennicke, A., Holmes, J. & Harris, R. (2015). Predicting delinquent behaviors for Korean youth using the parent–child relationship and career goal tension. *Journal of Ethnicity in Criminal Justice, 14*(2), 137-155. doi: <https://doi.org/10.1080/15377938.2015.1126698>
- Patterson, C. (1992). Children of lesbian and gay parents. *Child Development, 63*(5), 1025-1042. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1992.tb01679.x>

- Patterson, R. & Yorger, K. (2002), “Um modelo desenvolvimental da delinquência de início tardio”. In A. Fonseca., “*Comportamento Anti-Social e Família. Uma Abordagem Científica*” (pp.93-156). Coimbra: Almedina.
- Pettit, S., Bates, J., Dodge, K., & Meece, D. (1999). The impact of after-school peer contact on early adolescent externalizing problems is moderated by parental monitoring, perceived neighborhood safety, and prior adjustment. *Child development*, 70(3), 768-778.
- Pettit, S., Laird, D., Dodge, A., Bates, J., & Criss, M. (2001). Antecedents and behavior-problem outcomes of parental monitoring and psychological control in early adolescence. *Child development*, 72(2), 583-598. doi: <https://10.1111/1467-8624.00298>
- Pinquart, M. (2017). Associations of parenting dimensions and styles with externalizing problems of children and adolescents: an updated meta-analysis. *Developmental psychology*, 53(5), 873–932. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/dev0000295>
- Rutter, M. (2000). Psychosocial influences: critiques, findings and research needs. *Development and Psychopathology*, 12(3), 375-405. doi: <https://doi.org/10.1017/S0954579400003072>
- Simões, S. (2011). *Influência dos estilos educativos parentais na qualidade da vinculação de crianças em idade escolar em diferentes tipos de família* (Tese de Doutoramento). Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Retirado de: <https://repositorio-aberto.up.pt>
- Simons, L., & Conger, R. (2007). Linking mother-father differences in parenting to a typology of family parenting styles and adolescent outcomes. *Journal of Parenting Issues*, 28(2), 212-241.
- Simons, R., Lin, K., & Gordon, L. (1998). Socialization in the family of origin and male dating violence: A prospective study. *Journal of Marriage and the Family*, 60(2), 467-478. doi: <https://doi.org/10.2307/353862>
- Soenens, B., Vansteenkiste, M., & Van Petegem, S. (2015). Let us not throw out the baby with the bathwater: Applying the principle of universalism without uniformity to autonomysupportive and controlling parenting. *Child Development Perspectives*, 9(1), 44-49.

- Sprinthall, N. & Collins, W. (1994). *Psicologia do Adolescente: uma abordagem desenvolvimentista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sroufe, L. A. (2000). Early relationships and the development of children. *Infant Mental Health Journal*, 21(1-2), 67-74.
- Stattin, H., & Kerr, M. (2000). Parental monitoring: A reinterpretation. *Child Development*, 71(4), 1072-1085. doi: <http://doi.org/10.1111/1467-8624.00210>
- Tomiță, M. (2014). Developing Alternative Understandings of Conflicts That Involve Delinquent Children through Life Space Crises Intervention. *Revista de Cercetare si Interventie Sociala*, 44, 67-85.
- Thompson, M. & Bynum, J. (2016). *Juvenile delinquency: A sociological approach*. (10th ed). Lanham: Rowman & Littlefield.
- Thornberry, P. & Krohn, D. (2004). O desenvolvimento da delinquência: uma perspectiva interaccionista. In A. Fonseca, *Comportamento Anti-Social e Crime. da Infância à Idade Adulta* (pp.133-161). Coimbra: Almedina.
- Vanassche, S., Sodermans, K., Matthijs, K., & Swicegood, G. (2014). The effects of family type, family relationships and parental role models on delinquency and alcohol use among Flemish adolescents. *Journal of Child and Family Studies*, 23, 128–143.

VII. ANEXOS

Anexo 1 – Pedido de autorização aos encarregados de educação

Pedido de Autorização

No âmbito da realização de uma Dissertação de Mestrado do curso Mestrado Integrado em Psicologia, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, estou a realizar um estudo científico cujo objetivo é perceber se a existência de comportamentos antissociais nos jovens está relacionada com a existência de práticas educativas parentais ineficazes. Para este efeito serão recolhidos dados relacionados com diferentes aspetos da vida dos jovens a frequentar o 7º, 8º e 9º ano de escolaridade.

Neste sentido, venho por este meio solicitar que autorize o seu educando a participar.

Importa ainda referir que todos os dados recolhidos serão rigorosamente anónimos e confidenciais.

Agradeço desde já pela sua colaboração,

Filipa Alexandra Mendes.

Autorização

Eu, _____,

Encarregado (a) de Educação do aluno (a) _____

_____, nº ____, da turma ____, do ano ____ declaro que autorizo o meu educando a participar no estudo a realizar pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

O (A) Encarregado de Educação: _____

Data: ____/____/____

Anexo 2 – Questionário

Nº do questionário: _____ (não preencher)

Este questionário integra-se num estudo realizado no âmbito de uma Dissertação de Mestrado, elaborada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, cujo objetivo é perceber a influência da qualidade da relação familiar em alguns dos comportamentos dos jovens.

Todas as respostas são anónimas e confidenciais, por isso não escrevas o teu nome em nenhuma parte do questionário.

Certifica-te que lês com muita atenção cada uma das questões e responde o mais honestamente possível. Lembra-te que este questionário não é um teste e, como tal, não existem respostas certas ou erradas.

A maioria das questões é de escolha múltipla, pelo que deve ser respondida com um X a assinalar a resposta pretendida. No caso de não achares uma resposta que corresponda exatamente ao teu caso, assinala a alternativa que mais se assemelha. Nas questões de resposta aberta, escreve a tua resposta no espaço que se encontra em branco.

Data de preenchimento: __/__/____

Obrigada pela tua colaboração!

PARTE I

As próximas perguntas dizem respeito à tua situação pessoal, escolar e familiar. Assinala no espaço correspondente a opção que melhor identifica a tua situação.

Idade: _____ anos

Gênero:

Masculino _____

Feminino _____

Outros _____

Ano Letivo que frequentas: _____° Ano

Escolaridade completa: _____° Ano

Vives com....

___ a tua e mãe e com o teu pai;

___ um dos meus pais e uma madrasta ou padrasto:

___ só com a tua mãe ou só com o teu pai:

___ outro. Quem? _____

Profissão do pai: _____; **Escolaridade:** _____° Ano

Profissão da mãe: _____; **Escolaridade:** _____° Ano

Número de pessoas que constituem o teu agregado familiar: _____

PARTE II

Muitos jovens, por vezes, fazem coisas que não são totalmente permitidas. Gostaríamos de saber se tu também fizeste algumas dessas coisas. Lembra-te que toda as respostas são confidenciais e que ninguém, para além dos investigadores, vai ter acesso a elas. De seguida, vão ser-te apresentadas um conjunto de atividades e pedimos que nos digas se alguma vez fizeste essas coisas (sim ou não).

	NÃO	SIM
1. Já alguma vez faltaste às aulas, pelo menos durante um dia inteiro, sem uma razão séria que o justificasse?		
2. Já alguma vez fugiste de casa, para ficar noutra local, por uma ou mais noites, sem permissão dos teus pais ou teus responsáveis?		
3. Já alguma vez andaste num autocarro, elétrico, metro ou comboio sem pagar?		
4. Já alguma vez conduziste um carro, motociclo ou ciclomotor sem teres carta de condução ou seguro?		
5. Alguma vez danificaste ou destruístes, propositadamente coisas como um sinal de trânsito, uma paragem de autocarro, um caixote do lixo ou outras coisas que não te pertenciam?		
6. Já alguma vez tiraste coisas de um sítio (por exemplo, de uma loja, da escola ou de tua casa) sem a intenção de as devolver?		
7. Já alguma vez tiraste coisas de uma pessoa sem a intenção de as devolver?		
8. Já alguma vez andaste armado, por exemplo com uma navalha ou outro instrumento cortante perigoso, um pau, ma barra de ferro, uma pistola ou uma arma de fogo?		
9. Já alguma vez bateste em alguém, de forma a que sabes ou pensas saber que foram necessários cuidados médicos?		

10. Já alguma vez feriste alguém de propósito com uma navalha, um pau ou qualquer outra arma?		
11. Já alguma vez usaste marijuana, haxixe ou erva ou cheiraste colas, vernizes ou gasolina?		
12. Já alguma vez usaste qualquer droga dura como a heroína, cocaína, crack, anfetaminas, tranquilizantes, ecstasy, etc.?		
13. Já alguma vez usaste cerveja, vinho, whisky, rum, gin, vodka, ou outras bebidas alcoólicas?		
14. Já alguma vez vendeste marijuana, haxixe, erva ou outra droga dura (como heroína, cocaína. etc.?)		

PARTE III

Para cada uma das afirmações que se seguem, assinala com uma cruz (X) a coluna correspondente à frequência com que ocorre **em relação ao teu PAI.**

	Nunca ou quase nunca	Às vezes	Frequentemente	Sempre ou quase sempre
1a. O meu Pai incita-me a pensar pela minha cabeça.				
2a. Quando o meu Pai pretende que eu faça alguma coisa, explica-me porquê.				
3a. O meu Pai encoraja-me a tomar as minhas próprias decisões.				
4a. O meu Pai encoraja-me a expressar as minhas ideias, mesmo que estas não agradem às outras pessoas.				
5a. O meu Pai diz-me que é sempre necessário ver os dois lados de um assunto ou problema.				
6a. O meu Pai pensa que, embora eu ainda não seja uma pessoa adulta, posso ter ideias acertadas acerca de algumas coisas.				
7a. O meu Pai é uma pessoa alegre e otimista.				
8a. O meu Pai costuma estar de bom humor.				

9a. O meu Pai costuma divertir-se comigo.				
10a. O meu Pai costuma ser calmo e relaxado.				

Até que ponto **o teu Pai REALMENTE sabe** (responde assinalando a coluna que melhor se aplica):

	Nada	Pouco	Bastante	Muito
11a. Quem são os teus amigos.				
12a. O que fazes nos teus tempos livres.				
13a. Como gastas o teu dinheiro.				
14a. Como correu o teu dia.				
15a. Qual é o teu desempenho na escola.				

PARTE IV

Para cada uma das afirmações que se seguem, assinala com uma cruz (X) a coluna correspondente à frequência com que ocorre **em relação à tua MÃE.**

	Nunca ou quase nunca	Às vezes	Frequentemente	Sempre ou quase sempre
1b. A minha Mãe incita-me a pensar pela minha cabeça.				
2b. Quando a minha Mãe pretende que eu faça alguma coisa, explica-me porquê.				
3b. A minha Mãe encoraja-me a tomar as minhas próprias decisões.				
4b. A minha Mãe encoraja-me a expressar as minhas ideias, mesmo que estas não agradem às outras pessoas.				
5b. A minha Mãe diz-me que é sempre necessário ver os dois lados de um assunto ou problema.				
6b. A minha Mãe pensa que, embora eu ainda não seja uma pessoa adulta,				

posso ter ideias acertadas acerca de algumas coisas.				
7b. A minha Mãe é uma pessoa alegre e otimista.				
8b. A minha Mãe costuma estar de bom humor.				
9b. A minha Mãe costuma divertir-se comigo.				
10b. A minha Mãe costuma ser calma e relaxada.				

Até que ponto **a tua Mãe REALMENTE sabe** (responde assinalando a coluna que melhor se aplica):

	Nada	Pouco	Bastante	Muito
11b. Quem são os teus amigos.				
12b. O que fazes nos teus tempos livres.				
13b. Como gastas o teu dinheiro.				
14b. Como correu o teu dia.				
15b. Qual é o teu desempenho na escola.				

Obrigada pela colaboração!

Conhecer a parentalidade para prevenir a delinquência: A influência da família na delinquência juvenil

Filipa Alexandra das Neves Mendes

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

